

Economia Brasil

Economia

Mais pobres pagam conta da crise

■ Maiores beneficiárias da estabilização trazida pelo Real, classes D e E perdem poder aquisitivo e confiança depois do furacão asiático

VLADIMIR GRAMACHO

BRASÍLIA – Dissipada a poeira da crise de outubro, os brasileiros mais pobres aparecem como as maiores vítimas dos juros altos e do freio generalizado que o governo impôs à economia. Justamente as classes D e E, aquelas que mais se beneficiaram com o lançamento do Plano Real em 1994 e que foram determinantes para a eleição do presidente Fernando Henrique Cardoso. A recuperação do poder de compra da população de baixa renda, uma das conquistas mais comemoradas pelo governo, pode estar ameaçada.

As restrições ao crédito reduziram o consumo e atingiram em cheio os consumidores com menores recursos. Agora, só compra quem tinha dinheiro guardado ou quem ainda tem crédito na praça. "Com a restrição de liquidez nas grandes empresas e nos bancos, o crédito para o consumo também se restringiu, sobretudo nas classes D e E", observa o analista econômico do Banco Fenícia, Fábio Pina, que faz um acompanhamento regular desses indicadores.

Segundo ele, a inadimplência subiu de 6% em dezembro para 8,5% em janeiro. "Há uma tendência de alta forte também para fevereiro e março. Mais forte do que o esperado. O desemprego imediato e o possível desemprego reduzem o nível de confiança da população, que deixa de pagar e acaba perdendo acesso ao crédito", diz Fábio Pina. Antes da crise, em outubro, cerca de 80% das vendas no varejo eram financiadas. Essa taxa caiu para 50% em janeiro.

Aperto – "É evidente que a classe de renda mais baixa acaba sofrendo um impacto maior porque tem menor capacidade de se endividar e porque, na maioria dos casos, não tem comprovação formal de renda", diz o diretor do Instituto Econômico da Associação Comercial de São Paulo, Marcel Solimeo, que há cerca de 30 anos acompanha o comportamento do comércio em São Paulo. "As regras de concessão de crédito ficaram mais rigorosas. O principal aperto foi esse, de reduzir o limite de endividamento em função da renda", avalia.

O governo está atento ao problema. No Ministério da Fazenda, o coordenador de política econômica, Rogério Mori, reconhece que a inadimplência está alta. "Em janeiro, de cada mil cheques depositados, 10 voltaram sem fundos. Essa proporção foi de 6 por mil durante o ano passado e era de 1 por mil antes do Plano Real", informa o economista.

Segundo ele, "isso é efeito dos juros e da utilização do cheque pré-datado como instrumento de crédito". Em janeiro, a elevação da inadimplência também está ligada às boas vendas de outubro. "Como o reflexo dos carnês na inadimplência tem três meses de defasagem, esse impacto só apareceu agora", explica Mori.

O preço da cesta básica, outro trunfo do governo, também começou a pesar no bolso da população mais pobre. De janeiro de 1997 até janeiro último, subiu 8,4%, dos quais 4,4% apenas nos três meses que sucederam a crise de outubro. No mês passado, a cesta básica chegou a R\$ 117,68.

"Houve um aumento violento no preço da cesta básica nesse último trimestre", atesta Cornélia Nogueira Porto, coordenadora do indicador no Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese). Segundo ela, vários produtos da cesta básica tiveram alta expressiva entre novembro e

ano passado e janeiro último, como café (15%), feijão (16%), batata (56%), cebola (56%), óleo de soja (28%) e arroz (5%).

A resposta da população que tem renda baixa ou média-baixa foi imediata. A popularidade de Fernando Henrique entre as pessoas que recebem até 10 salários mínimos (R\$ 1.200) caiu de 42% para 36% e a rejeição subiu de 14% para 20%, segundo pesquisa de dezembro do Datafolha. "Essa piora, entretanto, ainda não reflete as demissões que ocorreram depois do Natal", lembra Alessandro Janoni Hernandes, coordenador de pesquisas do Datafolha.

Classe média – Mais imunes à crise estão as classes média e alta, que ainda conseguem crédito para continuar comprando, ainda que isso custe caro. Os últimos dados da Associação Brasileira das Empresas de Leasing (Abel), por exemplo, mostram que as vendas de automóveis mantiveram uma velocidade, no mínimo, razoável depois da crise de outubro, apesar dos juros de 160% ao ano.

Antes da alta nas taxas básicas controladas pelo Banco Central, as empresas de leasing registravam média mensal de US\$ 1,6 bilhão em operações novas de crédito. Depois, em dezembro, esse volume havia caído para US\$ 1,1 bilhão. Em janeiro, os dados parciais já indicam contratações de US\$ 820 milhões, dos quais 80% se referem a vendas de automóveis.

"As medidas do pacote afetaram a economia como um todo. As vendas do setor automotivo caíram. Mas não tanto assim. O resultado de janeiro foi melhor do que as expectativas, tanto pelo pacote fiscal e aumento dos juros, quanto pela sazonalidade", pondera o presidente da Abel, Antônio Bornia.

Michel Filho - 5/3/1997



O desemprego reduz o nível de confiança do assalariado, que deixa de pagar e acaba perdendo o crédito